

# SUMÁRIO

<b>EDITAL SISTEMATIZADO .....</b>	<b>37</b>
<b>DICAS PARA PREPARAÇÃO ESPECÍFICA AO CARGO DE ANALISTA DO TRT .....</b>	<b>43</b>
1. Introdução .....	43
1.1. Plano infalível .....	43
1.2. O seu pior inimigo antes e durante a preparação.....	44
1.3. Exercícios físicos durante a preparação para o concurso.....	44
1.4. Sono, descanso e lazer .....	45
2. Preparação específica.....	46
2.1. Pergunta clássica: quantas horas diárias de estudo são necessárias para aprovação?.....	46
2.2. Planilha e organização de estudos .....	46
2.2.1. Planilha – Dedicção exclusiva aos estudos.....	47
2.2.2. Planilha – Divisão do tempo entre trabalho e estudos.....	48
2.2.3. Monte a sua própria planilha.....	49
2.3. Dedicção às matérias do concurso para Analista do TRT e as bancas examinadoras (CESPE e FCC).....	49
2.4. Técnica de estudar em grupo – funciona? .....	50
2.5. Grupo de estudo virtual para troca de materiais e questionamentos nas últimas fases do concurso .....	51
2.5.1. Redes sociais e preparação para o concurso .....	52
2.6. Cursos preparatórios.....	52
2.6.1. Cursos presenciais.....	53
2.6.2. Cursos telepresenciais e os novos cursos on-line.....	53
3. Bibliografia básica para o concurso de Analista do TRT.....	54
4. Momento em que o estudante decide desistir do concurso.....	55
<b>CAPÍTULO I</b>	
<b>A REFORMA TRABALHISTA .....</b>	<b>57</b>
1. Histórico.....	57
2. Valorização do negociado e impactos no direito e processo do trabalho.....	59
3. Impactos das diversas alterações legislativas entre 2019 e 2023 .....	68
4. Exercícios para memorização – a Reforma Trabalhista .....	71
4.1. Grupo Econômico .....	71
4.2. Tempo à disposição .....	71
4.3. Integração do direito do trabalho .....	71
4.4. Sócio Retirante .....	72
4.5. Prescrição .....	72
4.5.1. Prescrição Intercorrente.....	72
4.6. Multa por ausência de registro .....	72
4.7. Multa por informações incompletas no registro de empregados .....	72
4.8. Horas <i>in itinere</i> .....	72
4.9. Regime de tempo parcial.....	72
4.10. Compensação de jornada e banco de horas .....	73

4.11. Jornada 12x36 .....	73
4.12. Exigências legais da compensação e prestação de horas extras habituais.....	73
4.13. Horas suplementares em atividades insalubres .....	73
4.14. Prorrogação de jornada de trabalho por necessidade imperiosa.....	73
4.15. Empregados não submetidos à limitação de jornada .....	73
4.16. Intervalo intrajornada .....	73
4.17. Teletrabalho.....	74
4.18. Fracionamento das férias individuais.....	74
4.19. Dano extrapatrimonial.....	75
4.20. Afastamento da gestante e da lactante de atividades insalubres.....	75
4.21. Intervalos para amamentação .....	75
4.22. Trabalho autônomo.....	76
4.23. Trabalho intermitente .....	76
4.24. Empregado "hipersuficiente" .....	76
4.25. Sucessão trabalhista .....	76
4.26. Regulamentação do trabalho intermitente .....	76
4.27. Uniformes .....	77
4.28. Salário e remuneração.....	77
4.29. Salário in natura.....	77
4.30. Equiparação salarial.....	77
4.31. Reversão e gratificação de função.....	77
4.32. Obrigações decorrentes do término do contrato de trabalho.....	78
4.33. Dispensa em massa.....	78
4.34. Plano de demissão voluntária .....	78
4.35. Dispensa por justa causa .....	78
4.36. Distrato.....	78
4.37. Arbitragem individual .....	79
4.38. Quitação anual de obrigações trabalhistas .....	79
4.39. Da representação dos empregados .....	79
4.40. Facultatividade da contribuição sindical.....	80
4.41. Valorização do negociado.....	80
4.42. Limites ao negociado.....	81
4.43. Ultratividade das normas coletivas.....	81
4.44. Prevalência do acordo coletivo sobre a convenção coletiva de trabalho.....	81
4.45. Reajuste das multas administrativas .....	81
4.46. Terceirização da atividade-fim .....	81
4.47. Condições de trabalho e salário equivalente .....	82
4.48. Quarentena da empresa de prestação de serviços a terceiros.....	82
4.49. Quarentena do empregado terceirizado.....	82
4.50. Lei do FGTS (Lei nº 8.036/90).....	82
5. Questões dissertativas e estudos de caso.....	85

## CAPÍTULO II

<b>INTRODUÇÃO AO DIREITO DO TRABALHO .....</b>	<b>93</b>
1. INTRODUÇÃO AO DIREITO DO TRABALHO.....	93
1.1. Importância da CLT para o Direito do Trabalho .....	94
2. Fontes do direito do trabalho .....	95
2.1. Fontes materiais.....	95
2.2. Fontes formais.....	96
2.2.1. Fontes formais autônomas .....	96

2.2.2.	Fontes formais heterônomas.....	98
2.2.3.	Hierarquia das fontes formais.....	100
2.2.3.1.	Hierarquia dos instrumentos coletivos de trabalho (Reforma Trabalhista) ....	100
2.2.4.	Conflito entre fontes formais.....	101
3.	Integração.....	103
3.1.	Direito comum como fonte subsidiária (Reforma Trabalhista).....	104
3.2.	Limitação à jurisprudência trabalhista (Reforma Trabalhista).....	105
3.2.1.	Criação e alteração de súmulas e orientações jurisprudenciais do TST e dos TRTs ....	106
4.	Princípios do Direito do Trabalho.....	108
4.1.	Princípio da proteção ao trabalhador.....	109
4.1.1.	Impactos da Reforma Trabalhista no princípio da proteção ao trabalhador.....	109
4.1.2.	In dubio pro operario.....	110
4.1.3.	Norma mais favorável.....	111
4.1.3.1.	Instrumentos coletivos de trabalho e princípio da norma mais favorável (Reforma Trabalhista).....	111
4.1.4.	Condição mais benéfica.....	112
4.1.4.1.	Impactos da Reforma Trabalhista no princípio da condição mais benéfica.....	113
4.2.	Princípio da imperatividade das normas trabalhistas.....	113
4.2.1.	Impactos das alterações legislativas recentes no princípio da imperatividade das normas trabalhistas.....	114
4.3.	Princípio da primazia da realidade.....	114
4.3.1.	Impactos da Reforma Trabalhista no princípio da primazia da realidade.....	115
4.4.	Princípio da inalterabilidade contratual lesiva ao empregado.....	116
4.4.1.	Impactos das medidas trabalhistas excepcionais da pandemia no princípio da inalterabilidade contratual lesiva ao empregado.....	116
4.5.	Princípio da continuidade da relação de emprego.....	117
4.5.1.	Impactos da Reforma Trabalhista no princípio da continuidade da relação de emprego.....	117
4.6.	Princípio da irrenunciabilidade ou indisponibilidade dos direitos trabalhistas.....	118
5.	Flexibilização do Direito do Trabalho.....	119
5.1.	Hipóteses de flexibilização.....	120
5.2.	Lay off.....	123
5.2.1.	Qualificação profissional (art. 476-A, CLT).....	124
5.3.	Hipóteses em que não se admite flexibilização das normas trabalhistas.....	125
6.	Renúncia e transação.....	128
7.	Comissão de Conciliação Prévia (artigos 625-A até 625-H da CLT).....	132
7.1.	Composição da Comissão de Conciliação Prévia criada em âmbito da empresa.....	133
7.2.	Necessidade de submeter a demanda à Comissão de Conciliação Prévia.....	133
7.3.	Consequências da conciliação firmada perante a CCP.....	134
8.	Questões dissertativas e estudos de caso.....	136
9.	Súmulas e orientações jurisprudenciais do TST.....	148
<b>CAPÍTULO III</b>		
<b>SUJEITOS DA RELAÇÃO DE TRABALHO.....</b>		
1.	Empregado.....	151
1.1.	Requisitos da relação empregatícia.....	151
1.1.1.	Alteridade.....	155
1.1.2.	Empregado “hipersuficiente” (Reforma Trabalhista).....	155
1.2.	Elementos não essenciais à configuração da relação de emprego.....	158
1.2.1.	Exclusividade.....	158

1.2.2.	Local da prestação de serviços e Teletrabalho (Reforma Trabalhista).....	158
1.2.3.	Profissionalidade .....	160
1.3.	Cotas destinadas a determinados empregados (ações afirmativas).....	160
2.	Carteira de trabalho e previdência social .....	163
2.1.	CTPS Digital.....	164
2.2.	Informações obrigatórias na CTPS.....	166
2.3.	Valor das anotações da CTPS.....	167
2.4.	Anotação em CTPS.....	168
2.4.1.	Anotações gerais e anotações especiais.....	169
2.4.2.	Anotações sobre a remuneração .....	170
2.4.3.	Apresentação da CTPS.....	170
2.4.4.	Registros eletrônicos equivalentes às anotações.....	171
2.4.5.	Prazo para acesso às informações de anotação .....	171
2.4.6.	Multa pelo descumprimento do dever de anotação .....	171
2.4.7.	Vedação de anotações desabonadoras.....	171
2.5.	Registro de empregados.....	172
2.5.1.	Multa administrativa por ausência do registro de empregados (Reforma Trabalhista).....	173
2.5.2.	Multa decorrente de informações incompletas no registro de empregados (Reforma Trabalhista).....	175
2.6.	Exigência de certidão negativa de antecedentes criminais na contratação do empregado.....	177
3.	Relações empregatícias especiais.....	178
3.1.	Empregado rural.....	178
3.1.1.	Identificação da figura do empregado e empregador rural.....	178
3.1.2.	Peculiaridades dos empregados rurais.....	179
3.1.3.	Contrato temporário rural (art. 14-A da Lei nº 5.889/73) .....	182
3.1.4.	Terceirização e trabalho temporário no âmbito rural .....	183
3.2.	Empregado doméstico .....	184
3.2.1.	Direitos constitucionais assegurados ao empregado doméstico.....	187
3.2.2.	Regulamentação dos direitos constitucionais assegurados aos domésticos – Lei Complementar nº 150/2015 .....	189
3.2.2.1.	Jornada de trabalho e compensação .....	190
3.2.2.2.	Trabalho em regime de tempo parcial .....	192
3.2.2.3.	Períodos de descanso .....	194
3.2.2.4.	Contrato individual de trabalho .....	197
3.2.2.4.1.	Trabalho intermitente e empregado doméstico.....	199
3.2.2.5.	Remuneração.....	200
3.2.2.6.	Proteção do trabalho da mulher.....	201
3.2.2.7.	FGTS.....	202
3.2.2.8.	Seguro-desemprego.....	204
3.2.2.9.	Aviso-prévio.....	205
3.2.2.10.	Término do contrato de trabalho .....	207
3.2.2.11.	Homologação das verbas trabalhistas e multa do art. 477, § 8º, CLT.....	209
3.2.2.12.	Papel da fiscalização do Trabalho .....	210
3.2.2.13.	Reflexos da LC nº 150/2015 em outros ramos do Direito .....	210
3.3.	Empregado público.....	218
3.3.1.	Introdução .....	218
3.3.2.	Contrato nulo. Contratação do servidor público sem prévio concurso público.....	219
3.3.3.	Estabilidade do empregado público.....	221

3.3.3.1.	Estabilidade da gestante no serviço público (Tema 542 de Repercussão Geral do STF).....	224
3.4.	Proteção do trabalho do Adolescente.....	227
3.4.1.	Jornada de trabalho do adolescente.....	228
3.4.2.	Prestação de serviços em locais prejudiciais à moralidade do adolescente.....	230
3.4.2.1.	Trabalho infantil artístico.....	231
3.4.3.	Do papel dos representantes legais do adolescente.....	232
3.4.4.	Das férias.....	232
3.4.5.	Do salário.....	232
3.4.6.	Da prescrição.....	233
3.4.7.	Meio Ambiente de Trabalho.....	233
3.5.	Aprendiz.....	234
3.5.1.	Contrato de trabalho especial.....	235
3.5.2.	Prazo para o contrato de aprendizagem.....	236
3.5.3.	FGTS.....	236
3.5.4.	Obrigatoriedade na contratação de aprendizes.....	236
3.5.5.	Oferta de vagas a aprendizes usuários e dependentes de drogas.....	237
3.5.6.	Jornada de trabalho do aprendiz.....	237
3.5.7.	Vínculo empregatício do aprendiz.....	238
3.5.8.	Extinção do contrato de aprendizagem.....	239
3.6.	Proteção do trabalho da Mulher.....	239
3.6.1.	Igualdade salarial (Lei nº 14.611/23).....	240
3.6.2.	Proteção à maternidade.....	242
3.6.2.1.1.	Intervalos para amamentação (Reforma Trabalhista).....	244
3.6.2.2.	Licença-maternidade.....	246
3.6.2.2.1.	Data de início da licença-maternidade (ADI Nº 6327/DF).....	249
3.6.2.3.	Estabilidade da gestante.....	250
3.6.2.3.1.	Estabilidade da gestante em contratos por prazo determinado ...	251
3.6.2.3.1.1.	Posicionamento da 4ª Turma do TST: fim da estabilidade em contratos por prazo determinado?....	252
3.6.2.3.2.	Ausência de estabilidade da trabalhadora temporária.....	252
3.6.2.3.2.1.	Estabilidade da gestante no serviço público (Tema 542 de Repercussão Geral do STF).....	253
3.6.2.3.3.	Exigência de certidão de nascimento do filho.....	256
3.6.2.3.4.	Efeitos da dispensa da gestante.....	256
3.6.2.3.5.	Estabilidade da gestante na redução de salários e de jornada ou suspensão contratual (Lei nº 14.020/2020) e legislação de exceção.....	257
3.6.3.	Programa Emprega + Mulheres (Lei nº 14.457/2022).....	258
3.6.3.1.	Do apoio à parentalidade na primeira infância.....	259
3.6.3.1.1.	Reembolso-Creche.....	259
3.6.3.1.2.	Da Manutenção ou subvenção de instituições de educação infantil pelos serviços sociais autônomos.....	259
3.6.3.2.	Do apoio à parentalidade por meio da flexibilização do regime de trabalho.....	260
3.6.3.3.	Das medidas para qualificação de mulheres.....	260
3.6.3.4.	Do apoio ao retorno ao trabalho após o término da licença-maternidade...	260
3.6.3.4.1.	Da suspensão do contrato de trabalho de pais empregados.....	260
3.6.3.4.2.	Das alterações no Programa Empresa Cidadã.....	261

3.6.3.5.	Das medidas de prevenção e de combate ao assédio sexual e a outras formas de violência no âmbito do trabalho.....	261
3.6.3.6.	Do Selo Emprega + Mulher .....	262
3.6.3.7.	Alterações na CLT.....	262
3.6.4.	Meio ambiente de trabalho.....	263
3.6.4.1.	Afastamento de gestantes e lactantes de atividades insalubres (Reforma Trabalhista) .....	264
3.6.4.1.1.	Salário-maternidade estendido .....	266
3.6.4.2.	Afastamento de gestantes durante a pandemia de COVID-19 (Lei nº 14.151/2021, alterada pela Lei 14.311/2022).....	267
3.6.4.3.	Revistas íntimas .....	267
3.6.4.4.	Fim do Intervalo para jornada extraordinária da mulher (Reforma Trabalhista) .....	268
3.7.	Mãe Social.....	270
4.	Relações de trabalho que não configuram vínculo empregatício.....	271
4.1.	Trabalhador autônomo e a Reforma Trabalhista .....	272
4.2.	Trabalhador eventual .....	274
4.3.	Trabalhador avulso .....	274
4.3.1.	Trabalhador avulso portuário (Lei nº 12.815/2013) .....	274
4.3.2.	Trabalhador avulso não portuário (Lei nº 12.023/2009).....	278
4.4.	Trabalhador voluntário.....	279
4.5.	Cooperado.....	280
4.6.	Estagiário .....	283
4.6.1.	Introdução .....	283
4.6.2.	Alterações da Lei nº 11.788/2008 (Lei do Estágio) .....	283
4.6.3.	Conceito de estágio.....	283
4.6.4.	Requisitos para existência do estágio regular.....	284
4.6.5.	Agentes de integração.....	285
4.6.6.	Partes envolvidas no estágio.....	285
4.6.6.1.	Instituição de ensino.....	286
4.6.6.2.	Parte concedente .....	286
4.6.6.3.	Estagiário.....	286
4.6.7.	Fraude no estágio.....	289
5.	Empregador.....	290
5.1.	Empregador e princípio da alteridade durante a pandemia de coronavírus.....	291
5.2.	Grupo econômico.....	292
5.2.1.	Grupo econômico por subordinação e coordenação (Reforma Trabalhista).....	292
5.2.2.	Consequências jurídicas do reconhecimento do grupo econômico .....	294
5.2.3.	Contrato único.....	295
5.3.	Sucessão de empresas.....	295
5.3.1.	Responsabilidade do sucessor (Reforma Trabalhista) .....	297
5.3.2.	Sucessão em grupo econômico .....	298
5.3.3.	Sucessão na Nova Lei de Falência.....	298
5.3.4.	Sucessão entre entes de Direito Público.....	299
5.3.5.	Sucessão em razão da privatização .....	299
5.4.	Sócio retirante (Reforma Trabalhista).....	300
5.4.1.	Responsabilidade do sócio retirante.....	300
5.5.	Poderes do empregador.....	301
5.5.1.	Poder de organização .....	302

5.5.1.1.	5.5.1.1. Uso de logomarcas em uniformes (Reforma Trabalhista).....	303
5.5.2.	5.5.2. Poder de controle.....	304
5.5.2.1.	5.5.2.1. Limitação do uso de banheiros.....	305
5.5.2.2.	5.5.2.2. Correio eletrônico.....	305
5.5.2.3.	5.5.2.3. Revistas íntimas.....	306
5.5.2.4.	5.5.2.4. Revistas pessoais.....	307
5.5.2.5.	5.5.2.5. Fiscalização por câmeras.....	308
5.5.2.6.	5.5.2.6. Uso de polígrafo (detector de mentiras).....	308
5.5.2.7.	5.5.2.7. Programas espíões de controle de atividade.....	309
5.5.2.8.	5.5.2.8. Restrições ao porte e uso do celular.....	309
5.5.2.9.	5.5.2.9. Exigência de apresentação ao serviço com cabelo e barba aparados.....	311
5.5.3.	5.5.3. Poder disciplinar.....	312
5.5.3.1.	5.5.3.1. Multa por descumprimento do acordado em trabalho intermitente (Reforma Trabalhista).....	312
6.	6. Terceirização.....	315
6.1.	6.1. Introdução.....	315
6.2.	6.2. Terceirização das atividades-fim da empresa contratante e requisitos para a terceirização lícita (Reforma Trabalhista).....	317
6.2.1.	6.2.1. Súmula nº 331 do TST.....	317
6.2.2.	6.2.2. Regulamentação pela Lei nº 13.429/2017 (31/03/2017).....	318
6.2.3.	6.2.3. Reforma Trabalhista – Lei nº 13.467/2017.....	319
6.2.3.1.	6.2.3.1. Julgamento do STF e a terceirização nas atividades-fim.....	320
6.2.4.	6.2.4. Requisitos para terceirização lícita e a capacidade econômica da empresa prestadora de serviços.....	322
6.2.5.	6.2.5. Fraude na terceirização.....	322
6.2.6.	6.2.6. Críticas à nova legislação.....	323
6.2.7.	6.2.7. Quarteirização.....	323
6.3.	6.3. Requisitos para funcionamento da empresa de prestação de serviços a terceiros.....	323
6.4.	6.4. Requisitos do contrato de terceirização.....	324
6.5.	6.5. Responsabilidade da tomadora.....	324
6.5.1.	6.5.1. Direito dos terceirizados.....	325
6.5.2.	6.5.2. Condições de trabalho (Reforma Trabalhista).....	325
6.5.2.1.	6.5.2.1. Súmula nº 331 do TST.....	326
6.5.2.2.	6.5.2.2. Regulamentação pela Lei nº 13.429/2017 (31/03/2017).....	326
6.5.2.3.	6.5.2.3. Reforma Trabalhista – Lei nº 13.467/2017.....	327
6.5.3.	6.5.3. Salário equivalente.....	328
6.6.	6.6. “Quarentena” e Reforma Trabalhista.....	329
6.6.1.	6.6.1. Período de quarentena da empresa prestadora de serviços a terceiros.....	329
6.6.1.1.	6.6.1.1. Súmula nº 331 do TST.....	329
6.6.1.2.	6.6.1.2. Regulamentação pela Lei nº 13.429/2017 (31/03/2017).....	330
6.6.1.3.	6.6.1.3. Reforma Trabalhista – Lei nº 13.467/2017.....	330
6.6.2.	6.6.2. Período de quarentena do empregado terceirizado.....	331
6.6.2.1.	6.6.2.1. Súmula nº 331 do TST.....	331
6.6.2.2.	6.6.2.2. Regulamentação pela Lei nº 13.429/2017 (31/03/2017).....	331
6.6.2.3.	6.6.2.3. Quarentena na Reforma Trabalhista (Lei nº 13.467/2017).....	331
6.7.	6.7. Terceirização na Administração Pública.....	332
6.7.1.	6.7.1. Fraude na terceirização da Administração Pública.....	332
6.7.2.	6.7.2. Responsabilidade da Administração Pública pelo inadimplemento das obrigações trabalhistas.....	334

7. Dono da obra e subempreitada .....	335
8. Trabalho temporário .....	338
8.1. Conceito de trabalho temporário e hipóteses de contratação .....	339
8.2. Trabalho temporário e a contratação no período de greve .....	341
8.3. Empresa de trabalho temporário .....	342
8.3.1. Requisitos para o funcionamento da empresa de trabalho temporário.....	342
8.4. Empresa tomadora de serviços .....	343
8.5. Requisitos do contrato entre a empresa de trabalho temporário e a empresa tomadora de serviços.....	344
8.6. Condições de trabalho .....	344
8.7. Abrangência de atividades do trabalho temporário.....	345
8.8. Ausência de vínculo de emprego do trabalhador temporário com a tomadora dos serviços.....	345
8.9. Prazo do trabalho temporário .....	346
8.10. Vínculo empregatício do trabalhador temporário e proibição de cláusula de reserva.....	347
8.11. Responsabilidade do tomador dos serviços .....	347
8.12. Direitos assegurados aos trabalhadores temporários .....	348
8.12.1. Ausência de estabilidade da trabalhadora temporária .....	349
8.13. Diferenças entre terceirização e trabalho temporário .....	350
9. Questões dissertativas e estudos de caso .....	350
10. Súmulas e orientações jurisprudenciais do TST .....	370

**QUESTÕES**

<b>CAPÍTULOS II E III .....</b>	<b>373</b>
1. Questões com gabarito comentado .....	373
2. Exercícios para memorização.....	423
3.1. Exercícios de memorização.....	427

**CAPÍTULO IV**

<b>CONTRATO INDIVIDUAL DE TRABALHO .....</b>	<b>429</b>
1. Terminologia: relação de trabalho x relação de emprego .....	429
2. Características do contrato de trabalho.....	431
3. Elementos do contrato de trabalho.....	433
3.1. Nulidades do contrato de trabalho.....	434
3.1.1. Trabalho proibido .....	434
3.1.2. Trabalho ilícito.....	435
3.2. Lei Geral de Proteção de Dados nas relações de trabalho.....	436
3.2.1. LGPD e sua aplicação no âmbito trabalhista .....	437
3.2.2. Hipóteses de tratamento de dados.....	438
3.2.3. Tratamento de dados de empregados adolescentes.....	440
3.2.4. Análise de situações concretas de aplicação da LGPD nas relações de trabalho .....	440
3.2.4.1. Tratamento de dados na fase pré-contratual .....	441
3.2.4.2. Tratamento de dados na vigência do contrato de trabalho.....	441
3.2.4.3. Tratamento de dados após o término do contrato de trabalho.....	442
3.2.5. Norma coletiva e uso de dados pessoais.....	442
3.2.6. Uso indevido de dados pessoais e papel dos órgãos de fiscalização do trabalho ....	443
4. Classificação dos contratos de trabalho .....	444
4.1. Contrato por prazo determinado .....	445
4.2. Hipóteses previstas na CLT.....	445
4.2.1. Hipóteses previstas na LC nº 150/2015 (Lei dos Domésticos).....	447



4.3. Estabilidade no curso do contrato a prazo determinado .....	447
4.4. Nova contratação .....	448
4.5. Término do contrato por prazo determinado .....	449
4.5.1. Término do contrato por prazo determinado na legislação dos domésticos (LC nº 150/2015) .....	452
4.5.2. Término antecipado do contrato de aprendizagem (art. 433 da CLT) .....	453
4.6. Contrato por prazo determinado – Lei nº 9.601/98.....	454
4.6.1. Características .....	455
4.7. Trabalho intermitente (Reforma Trabalhista) .....	455
4.7.1. Antecedentes do trabalho intermitente: jornada móvel ou variável.....	456
4.7.2. Conceito de trabalho intermitente .....	457
4.7.3. Exclusão dos aeronautas e questão das categorias diferenciadas .....	458
4.7.4. Principais impactos do trabalho intermitente nos direitos dos trabalhadores.....	458
4.7.5. Constitucionalidade do trabalho intermitente .....	459
4.8. Regulamentação do trabalho intermitente .....	459
4.8.1. Normas ligadas à convocação do trabalhador .....	461
4.8.2. Multa por descumprimento do acordado.....	463
4.8.3. Direitos do empregado em trabalho intermitente .....	464
5. Alteração do contrato de trabalho .....	467
5.1. <i>Jus variandi</i> – Alteração unilateral do contrato de trabalho .....	468
5.2. Reversão .....	470
5.3. Reversão e gratificação de função (Reforma Trabalhista) .....	470
5.3.1. Conceito de gratificação .....	470
5.3.2. Disciplina anterior à Reforma Trabalhista acerca da gratificação de função e a reversão .....	471
5.3.3. Regulamentação da retirada da gratificação de função pela Reforma Trabalhista .....	471
5.4. Transferência de empregados.....	472
6. Suspensão e interrupção .....	474
6.1. Hipóteses de interrupção .....	475
6.2. Hipóteses de suspensão .....	477
6.3. Casos controvertidos .....	480
7. Questões dissertativas e estudos de caso .....	484
8. Súmulas e orientações jurisprudenciais do TST .....	490
<b>CAPÍTULO V</b>	
<b>DURAÇÃO DO TRABALHO.....</b>	<b>493</b>
1. Duração do trabalho .....	493
1.1. Introdução: limitação da jornada, tempo à disposição e controle de ponto.....	493
1.1.1. Jornada móvel ou variável e o trabalho intermitente (Reforma Trabalhista) .....	494
1.1.2. Tempo à disposição do empregador.....	495
1.1.3. Controle de jornada e registro de ponto.....	498
1.1.4. Controle de jornada pelo empregador doméstico e pelo empregador do motorista profissional .....	501
1.1.5. Cartões britânicos.....	501
1.1.6. Registro de ponto por exceção .....	502
1.2. Horas <i>in itinere</i> (Reforma Trabalhista).....	504
1.2.1. Direito intertemporal. Situação dos empregados que já recebiam as horas <i>in itinere</i> .....	506
1.2.2. Tempo médio das horas <i>in itinere</i> .....	509
1.3. Sobreaviso e prontidão.....	510

1.4.	Empregados não submetidos à limitação da jornada .....	511
1.4.1.	Gerentes com poderes de gestão.....	511
1.4.2.	Atividade externa .....	512
1.4.2.1.	Motoristas .....	513
1.4.2.1.1.	Jornada de trabalho do motorista profissional.....	516
1.4.2.1.2.	Tempo de espera do motorista .....	518
1.4.2.1.2.1.	Tempo de espera do motorista antes da ADI 5322 .....	518
1.4.2.1.2.2.	Tempo de espera do motorista depois da ADI 5322....	518
1.4.2.1.3.	Períodos de descanso do motorista .....	519
1.4.2.1.3.1.	Períodos de descanso do motorista antes da ADI .....	519
1.4.2.1.3.2.	Períodos de descanso do motorista depois da ADI ....	521
1.4.2.1.4.	O que mudou com a ADI 5322? .....	522
1.4.3.	Teletrabalho ou trabalho remoto .....	525
1.4.3.1.	Caracterização do teletrabalho .....	527
1.4.3.1.1.	Caracterização do teletrabalho pela Reforma Trabalhista .....	527
1.4.3.1.2.	Caracterização do teletrabalho pela Lei nº 14.442/2022.....	527
1.4.3.2.	Solenidade para o teletrabalho .....	528
1.4.3.2.1.	Solenidade para o teletrabalho na Reforma Trabalhista .....	528
1.4.3.2.2.	Solenidade para o teletrabalho na Lei nº 14.442/2022 .....	529
1.4.3.3.	Alteração do regime presencial para teletrabalho .....	529
1.4.3.4.	Alteração do regime de teletrabalho para o presencial .....	530
1.4.3.5.	Responsabilidade pela aquisição de equipamentos e infraestrutura necessária ao trabalho remoto .....	530
1.4.3.6.	Meio ambiente do trabalho no regime de teletrabalho .....	531
1.4.3.7.	Outras novidades trazidas pela Lei nº 14.442/2022 .....	532
1.4.3.7.1.	Controle de jornada do teletrabalho (Lei nº 14.442/2022) .....	532
1.4.3.7.2.	Possibilidade de adoção do teletrabalho para estagiários e aprendizes (Lei nº 14.442/2022) .....	533
1.4.3.7.3.	Eficácia espacial da norma trabalhista ao teletrabalhador (Lei nº 14.442/2022).....	533
1.4.3.7.4.	Priorização de vagas de teletrabalho (Lei nº 14.442/2022) .....	535
1.5.	Regime de tempo parcial (Reforma Trabalhista) (art. 58-A da CLT) .....	535
1.5.1.	Salário proporcional.....	537
1.5.2.	Adesão dos empregados atuais ao regime de tempo parcial.....	538
1.5.3.	Adicional de horas extras .....	539
1.5.4.	Compensação de jornada.....	541
1.5.5.	Férias dos empregados em regime de tempo parcial .....	541
1.5.6.	Abono pecuniário de férias .....	543
1.5.7.	Empregado doméstico .....	544
1.6.	Turnos ininterruptos de revezamento .....	545
1.7.	Trabalho noturno.....	548
1.7.1.	Horários mistos.....	550
1.7.2.	Prorrogação do horário noturno.....	550
1.8.	Jornada do bancário.....	551
1.8.1.	Divisor da hora de salário do bancário .....	553
2.	Trabalho extraordinário (Reforma Trabalhista): hipóteses de prorrogação .....	555
2.1.	Limite de tolerância (Reforma Trabalhista) .....	556
2.1.1.	Limite de tolerância no intervalo intrajornada.....	558
2.2.	Acordo de prorrogação (Reforma Trabalhista) .....	559

2.3. Compensação (Reforma Trabalhista).....	560
2.3.1. Não atendimento das exigências legais para a compensação de jornada .....	561
2.3.2. Prestação de horas extras habituais em regime de compensação de jornada .....	562
2.3.3. Banco de horas (Reforma Trabalhista).....	563
2.3.4. Prorrogação de jornada em atividade insalubre (Reforma Trabalhista).....	565
2.3.4.1. Jornada de trabalho 12 x 36 e atividades insalubres .....	566
2.4. Jornada 12 x 36 (Reforma Trabalhista).....	567
2.4.1. Intervalo intrajornada em jornada 12 x 36.....	570
2.4.2. Trabalho no DSR e feriados.....	570
2.4.3. Trabalho noturno em jornada 12 x 36.....	571
2.4.4. Jornada 12 x 36 na legislação do doméstico.....	572
2.4.5. A jornada 12 x 36 como regra nas futuras contratações e os impactos malignos na sociedade .....	572
2.5. Prorrogação por necessidade imperiosa (Reforma Trabalhista).....	574
2.5.1. Força maior .....	575
2.5.2. Conclusão de serviços inadiáveis ou cuja inexecução possa acarretar prejuízos.....	576
2.6. Recuperação de horas .....	577
3. Período de descanso .....	578
3.1. Intervalos.....	579
3.1.1. Intervalo intrajornada .....	579
3.1.1.1. Redução e fracionamento do intervalo intrajornada (Reforma Trabalhista) ....	581
3.1.1.2. Consequências da supressão ou redução do intervalo intrajornada (Reforma Trabalhista) .....	584
3.1.1.3. Limite de tolerância no intervalo intrajornada .....	586
3.1.1.4. Intervalos remunerados .....	586
3.1.2. Intervalo interjornada .....	589
3.2. DSR – Descanso semanal remunerado e feriado (Lei nº 605/49).....	591
3.2.1. Atestados médicos no Direito do Trabalho .....	592
3.2.2. Trabalho no DSR e feriados.....	594
3.2.2.1. Autorização para o trabalho em domingos e feriados em atividades em geral .....	595
3.2.2.2. Trabalho em domingos e feriados no comércio em geral .....	597
3.2.2.3. Escala de revezamento quinzenal para empregadas mulheres .....	597
3.2.3. Consequências do trabalho no DSR .....	598
3.2.4. Remuneração do DSR.....	599
3.2.4.1. Integração do adicional de horas extras no DSR e a alteração da OJ nº 394 da SDI-I do TST.....	601
3.3. Feriados .....	603
3.4. Férias.....	604
3.4.1. Introdução .....	604
3.4.2. Período aquisitivo.....	604
3.4.3. Duração do período de férias.....	604
3.4.4. Perda do direito de férias .....	606
3.4.5. Período concessivo.....	606
3.4.6. Fracionamento de férias individuais (Reforma Trabalhista).....	607
3.4.6.1. Empregados menores de 18 anos e maiores de 50 anos.....	609
3.4.7. Remuneração das férias .....	609
3.4.8. Abono pecuniário de férias .....	610
3.4.9. Férias concedidas após o período concessivo .....	612

3.4.9.1. ADPF nº 501/SC: Inconstitucionalidade da Súmula nº 450 do TST .....	613
3.4.10. Férias do professor .....	614
3.4.11. Término do contrato de trabalho e pagamento das férias proporcionais .....	615
3.4.12. Prescrição .....	618
3.4.13. Férias coletivas.....	618
4. Questões dissertativas e estudos de caso .....	619
5. Súmulas e orientações jurisprudenciais do TST .....	631

**QUESTÕES**

<b>CAPÍTULOS IV E V.....</b>	<b>637</b>
1. Questões com gabarito comentado .....	637
2. Exercícios para memorização.....	726
3. Gabaritos .....	727
3.1. Exercícios para memorização .....	727

**CAPÍTULO VI**

<b>REMUNERAÇÃO.....</b>	<b>729</b>
1. Salário e remuneração.....	729
1.1. Gorjetas.....	729
1.1.1. Modificações legislativas das gorjetas nos últimos anos.....	729
1.1.2. Alterações promovidas pela Lei nº 13.419/2017 .....	730
1.1.3. Revogação da regulamentação pela Reforma Trabalhista (Lei nº 13.467/2017) .....	730
1.1.4. Tentativa de correção do erro pela MP nº 808/2017 (“Reforma da Reforma”) .....	731
1.1.5. Portaria MTb nº 349, de 23 de maio de 2018 e Portaria MTP nº 671, de 8 de novembro de 2021.....	731
1.1.6. Nova tentativa de regulamentação das gorjetas pela MP nº 905/2019 (vigência encerrada).....	731
1.1.7. Gueltas .....	732
1.2. Salário mínimo, salário profissional, piso salarial e salário normativo .....	733
1.2.1. Salário mínimo do professor .....	735
1.2.2. Salários profissionais e normativos.....	736
1.2.2. Piso salarial nacional da enfermagem.....	736
1.3. Salário complessivo .....	738
2. Parcelas salariais (Reforma Trabalhista).....	739
2.1. Comissões e percentagens .....	741
2.1.1. Época do pagamento das comissões e percentagens.....	743
2.2. Gratificações (Reforma Trabalhista) .....	744
2.3. Décimo terceiro salário .....	747
2.3.1. Décimo terceiro proporcional .....	748
2.4. Outras parcelas salariais .....	749
2.5. Adicionais salariais.....	751
2.5.1. Adicional de hora extraordinário.....	751
2.5.1.1. Introdução.....	751
2.5.2. Adicional noturno.....	754
2.5.3. Adicional de transferência .....	755
2.5.4. Adicional de periculosidade .....	756
2.5.4.1. Atividades perigosas.....	757
2.5.4.2. Base de cálculo.....	760
2.5.4.3. Necessidade de perícia .....	760
2.5.4.4. Cumulação do adicional de periculosidade .....	761

2.5.4.5. Da flexibilização do adicional de periculosidade .....	763
2.5.5. Adicional de insalubridade .....	765
2.5.5.1. Base de cálculo.....	766
2.5.5.2. Enquadramento do grau de insalubridade (Reforma Trabalhista) .....	767
2.5.5.3. Reflexo nas demais parcelas .....	769
2.5.5.4. Ambientes insalubres e horas extras.....	770
2.5.5.5. Fornecimento de EPI e Ambiente de trabalho.....	771
2.5.5.6. Afastamento de gestante e lactante de atividades insalubres (Reforma Trabalhista) .....	772
3. Parcelas sem natureza salarial.....	773
3.1. Participação nos Lucros e Resultados – PLR.....	774
3.2. Ajuda de custo .....	775
3.3. Diárias para viagem (Reforma Trabalhista).....	775
3.4. Vale-transporte .....	776
3.4.1. Desconto no salário do empregado .....	776
3.4.2. Natureza jurídica da parcela .....	777
3.4.3. Vale-transporte nas férias e faltas do empregado .....	777
3.4.4. Vale-transporte do empregado doméstico e do avulso.....	777
3.4.5. Declaração falsa e mau uso do vale-transporte .....	778
3.4.6. Ônus da prova.....	778
3.5. Salário-família.....	778
3.5.1. Carência .....	779
3.5.2. Valor do benefício .....	779
3.5.3. Cessação do benefício .....	780
3.6. PIS/PASEP .....	781
3.7. Abonos (Reforma Trabalhista) .....	782
3.8. Prêmios (Reforma Trabalhista) .....	782
3.9. Auxílio-alimentação (Reforma Trabalhista) .....	783
4. Salário-utilidade ou salário in natura .....	784
4.1. Natureza jurídica da utilidade .....	786
5. Da forma, do tempo e do local do pagamento.....	789
6. Garantias de proteção ao salário .....	791
6.1. Irredutibilidade salarial.....	792
6.2. Intangibilidade salarial .....	793
6.3. Vedação ao truck system .....	795
6.4. Pagamento na primeira audiência judicial.....	796
6.5. Proteção em face dos credores .....	797
7. Equiparação salarial (Reforma Trabalhista) .....	798
7.1. Requisitos da equiparação salarial.....	799
7.1.1. Identidade de empregadores.....	799
7.1.2. Trabalho no mesmo estabelecimento do empregador .....	801
7.1.3. Identidade de funções .....	802
7.1.4. Trabalho de igual valor .....	802
7.1.5. Diferença de tempo de serviço de, no máximo, 4 anos e na mesma função de, no máximo, 2 anos.....	803
7.1.6. Inexistência de quadro de carreira ou de plano de cargos e salários.....	804
7.1.6.1. Critérios de promoção por antiguidade e merecimento .....	805
7.2. Trabalhador readaptado.....	806
7.3. Equiparação salarial na Administração Pública .....	807

7.4. Equiparação salarial em cadeia .....	808
7.5. Multa por conduta discriminatória.....	810
7.6. Equiparação por equivalência e salário-substituição.....	812
8. Desvio e acúmulo de função .....	814
9. Questões dissertativas e estudos de caso.....	814
10. Súmulas e orientações jurisprudenciais do TST.....	821

**CAPÍTULO VII**

<b>ESTABILIDADE E FGTS .....</b>	<b>829</b>
1. Introdução .....	829
2. Proibição da dispensa arbitrária e posicionamento do stf sobre a convenção 158 da OIT.....	830
2.1. Causa justificada e justa causa .....	830
2.2. Procedimento prévio ao término do contrato de trabalho.....	831
2.3. Julgamento das ADI 1625 e ADC 39.....	832
3. Estabilidade por tempo de serviço .....	832
4. Garantias provisórias de emprego ou estabilidades provisórias.....	833
4.1. Dirigente sindical.....	833
4.2. Empregada gestante.....	837
4.2.1. Estabilidade da gestante em contratos por prazo determinado .....	839
4.2.1.1. Posicionamento da 4ª Turma do TST: fim da estabilidade em contratos por prazo determinado? .....	840
4.2.2. Ausência de estabilidade da trabalhadora temporária .....	841
4.2.2.1. Estabilidade da gestante no serviço público (Tema 542 de Repercussão Geral do STF).....	842
4.2.3. Exigência de certidão de nascimento do filho.....	844
4.2.4. Efeitos da dispensa da gestante .....	845
4.2.5. Afastamento de gestantes e de lactantes de atividades insalubres.....	846
4.2.6. Afastamento de gestantes durante a pandemia de COVID-19 (Lei nº 14.151/2021, alterada pela Lei 14.311/2022) .....	847
4.3. Empregado representante da CIPA .....	848
4.4. Empregado acidentado.....	850
4.5. Empregado membro da Comissão de Conciliação Prévia – CCP .....	852
4.6. Representante dos empregados (Reforma Trabalhista).....	852
4.7. Outras hipóteses .....	853
4.7.1. Membros do Conselho Nacional da Previdência Social .....	853
4.7.2. Membros do conselho curador do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS.....	854
4.7.3. Empregados eleitos diretores de sociedades cooperativas.....	854
4.7.4. Empregado público.....	854
5. Fundo de garantia por tempo de serviço – FGTS.....	855
5.1. Introdução .....	855
5.2. Órgãos de administração, gestão e operação do FGTS.....	856
5.3. Trabalhadores com direito ao FGTS.....	860
5.4. Alíquotas e depósitos.....	861
5.5. Hipóteses de saque dos depósitos.....	863
5.5.1. Saque do FGTS e desastres naturais .....	865
5.6. A Lei nº 13.932/2019 e o saque-aniversário .....	866
5.7. Indenização sobre o FGTS.....	867
5.8. Prescrição .....	868
6. Questões dissertativas e estudos de caso.....	869
6. Súmulas e orientações jurisprudenciais do TST.....	873

**QUESTÕES**

<b>CAPÍTULOS VI E VII</b> .....	<b>877</b>
1. Questões com gabarito comentado.....	877

**CAPÍTULO VIII**

<b>SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO (MEIO AMBIENTE DE TRABALHO), DANO NAS RELAÇÕES DE TRABALHO E INDENIZAÇÕES</b> .....	<b>937</b>
---	------------

1. Segurança e medicina do trabalho (meio ambiente de trabalho).....	937
1.1. Introdução.....	937
1.2. Deveres do empregador.....	939
1.3. Deveres do empregado.....	939
1.4. Do papel do Ministério do Trabalho e Emprego.....	940
1.4.1. Interdição ou embargo e inspeção prévia.....	941
1.4.2. Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO), Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA) e Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR).....	943
1.5. CIPA – Comissão Interna de Prevenção de Acidentes e Assédio.....	944
1.5.1. Objetivos e atribuições da CIPA.....	945
1.5.2. Constituição e organização da CIPA.....	946
1.5.3. Mandato e estabilidade.....	948
1.6. Da competência para apreciar e julgar questões ligadas ao ambiente de trabalho.....	950
2. Dano nas relações de trabalho e indenizações.....	951
2.1. Introdução.....	951
2.2. Dano material ou patrimonial.....	951
2.3. Dano moral ou extrapatrimonial (Reforma Trabalhista).....	952
2.3.1. Regulamentação do dano extrapatrimonial.....	952
2.3.2. Requisitos para a configuração do dano extrapatrimonial.....	954
2.3.2.1. Dano imaterial.....	955
2.3.2.2. Ação ou omissão enexo causal.....	955
2.3.2.3. Culpa em sentido lato.....	956
2.3.3. Titularidade do direito à reparação do dano.....	957
2.3.4. Bens jurídicos tutelados.....	959
2.3.4.1. Bens juridicamente tutelados da pessoa física.....	959
2.3.4.2. Bens juridicamente tutelados da pessoa jurídica.....	960
2.3.5. Responsabilidade na proporção da ação ou da omissão.....	962
2.3.6. Cumulação de danos materiais e danos extrapatrimoniais.....	962
2.3.6.1. Perdas e danos.....	964
2.3.7. Arbitramento do dano moral.....	964
2.3.7.1. Da inconstitucionalidade do dispositivo (ADI 6050 – interpretação conforme à Constituição).....	968
2.4. Dano estético.....	969
2.5. Dano moral coletivo.....	969
2.6. Assédio nas relações de trabalho.....	971
2.6.1. Assédio moral.....	971
2.6.2. Assédio eleitoral.....	972
2.6.3. Assédio sexual.....	973
2.6.3.1. Do papel da CIPA no combate ao assédio sexual e outras formas de violência.....	974
2.6.4. Assédio processual.....	976
2.7. Competência para julgar ações envolvendo dano moral.....	977

3.	Responsabilidade civil decorrente de acidentes do trabalho .....	977
3.1.	Introdução .....	977
3.2.	Responsabilidade civil no ordenamento jurídico brasileiro .....	978
3.3.	Responsabilidade civil nos acidentes de trabalho .....	979
3.3.1.	Acidente de trabalho.....	979
3.3.1.1.	Acidente de trabalho típico.....	979
3.3.1.2.	Acidente de trabalho equiparado.....	980
3.3.2.	Comunicação de acidente do trabalho – CAT.....	983
3.3.3.	Nexo de causalidade.....	984
3.3.4.	Estabilidade do acidentado.....	985
3.3.5.	Responsabilidade civil subjetiva e objetiva do empregador.....	986
3.4.	Reparação do dano decorrente de acidentes de trabalho .....	990
3.4.1.	Dano material e moral.....	990
3.4.2.	Perda de uma chance .....	990
3.4.3.	Indenização por morte da vítima .....	990
3.4.4.	Indenização por incapacidade transitória .....	991
3.4.5.	Indenização por incapacidade permanente (invalidez).....	992
3.4.6.	Dano estético .....	992
3.5.	Competência para julgar ações envolvendo acidente do trabalho.....	993
4.	Questões dissertativas e estudos de caso.....	994
5.	Súmulas e Orientações Jurisprudenciais do TST.....	996

## CAPÍTULO IX

<b>AVISO-PRÉVIO, TÉRMINO DO CONTRATO DE TRABALHO, PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIA.....</b>	<b>999</b>
1. Aviso-prévio .....	999
1.1. Estabilidade adquirida durante o período do aviso-prévio .....	1001
1.2. Aviso-prévio concedido pelo empregador.....	1002
1.3. Aviso-prévio concedido pelo empregado .....	1005
1.4. Aviso-prévio no contrato por prazo determinado .....	1006
1.5. Reconsideração do aviso-prévio.....	1006
1.6. Falta grave no curso do aviso-prévio .....	1007
1.7. Súmulas e orientações jurisprudenciais do TST .....	1008
2. Término do contrato de trabalho.....	1009
2.1. Resilição .....	1009
2.1.1. Proibição da dispensa arbitrária e posicionamento do STF sobre a Convenção 158 da OIT.....	1010
2.1.2. Hipóteses de resilição unilateral.....	1010
2.1.2.1. Demissão.....	1010
2.1.2.2. Dispensa ou despedida sem justa causa .....	1010
2.1.2.3. Programa de Demissão Voluntária (Reforma Trabalhista) – PDV.....	1011
2.1.2.3.1. Natureza jurídica do PDV .....	1012
2.1.2.3.2. Eficácia liberatória – regulamentação anterior à Reforma Trabalhista .....	1012
2.1.2.3.3. Posicionamento do STF e a força dos instrumentos coletivos .....	1013
2.1.2.3.4. Eficácia liberatória do PDV – Reforma Trabalhista .....	1013
2.1.2.3.5. Quitação plena e irrevogável .....	1015
2.1.3. Resilição Bilateral: distrato (Reforma Trabalhista).....	1016
2.1.3.1. Verbas rescisórias devidas no distrato.....	1018
2.1.3.2. Saque dos depósitos do FGTS.....	1019
2.1.3.3. Seguro-desemprego.....	1019



2.2. Resolução.....	1020
2.2.1. Dispensa por justa causa – art. 482 da CLT.....	1020
2.2.2. Rescisão indireta (ou dispensa indireta) – art. 483 da CLT.....	1026
2.2.3. Culpa recíproca (art. 484 da CLT e Súmula nº 14 do TST).....	1029
2.3. Rescisão.....	1031
2.4. Demais hipóteses de término do contrato de trabalho.....	1031
2.4.1. Término do contrato por prazo determinado.....	1031
2.4.2. Força maior.....	1033
2.4.2.1. Dispensa por força maior durante a pandemia.....	1034
2.4.3. Morte do empregador – art. 485, CLT.....	1035
2.4.4. Aposentadoria.....	1035
2.4.5. Fato do príncipe ou factum principis.....	1037
2.4.5.1. Fato do príncipe durante a pandemia.....	1037
2.4.6. Dispensa discriminatória.....	1038
2.4.7. Término do contrato de trabalho – Pessoa com deficiência.....	1040
2.5. Obrigações decorrentes do término do contrato de trabalho (Reforma Trabalhista).....	1041
2.5.1. Extinção da homologação das verbas trabalhistas.....	1042
2.5.1.1. Homologação de acordo extrajudicial.....	1043
2.5.2. Recibo de quitação das verbas trabalhistas.....	1045
2.5.3. Forma de pagamento das verbas rescisórias.....	1045
2.5.4. Prazo para cumprimento das obrigações decorrentes da extinção do contrato de trabalho.....	1046
2.5.5. Fim da assistência na rescisão contratual.....	1047
2.5.6. Multa do art. 477, § 8º, CLT.....	1047
2.5.7. Reconhecimento judicial do vínculo de emprego.....	1048
2.5.8. Administração Pública e massa falida.....	1049
2.5.9. Parcelamento das verbas rescisórias e multa do art. 477, § 8º, da CLT.....	1049
2.5.10. Saque do FGTS e requerimento do seguro-desemprego.....	1050
2.6. Quitação anual de obrigações trabalhistas (Reforma Trabalhista).....	1051
2.7. Súmulas e orientações jurisprudenciais do TST.....	1054
3. Prescrição e decadência.....	1055
3.1. Prescrição.....	1055
3.1.1. Prazos prescricionais.....	1056
3.1.2. Prescrição total e parcial (Reforma Trabalhista).....	1058
3.1.3. Causas impeditivas, suspensivas e interruptivas da prescrição (Reforma Trabalhista).....	1062
3.1.4. Prescrição do FGTS.....	1063
3.1.5. Prescrição do avulso.....	1065
3.1.6. Imprescritibilidade das anotações na CTPS e retificação do PPP.....	1066
3.1.7. Prescrição de ofício.....	1067
3.1.8. Prescrição intercorrente.....	1068
3.1.8.1. Posicionamento dos tribunais antes da Lei.....	1069
3.1.8.2. Prazo de 2 anos.....	1070
3.2. Decadência.....	1072
4. Questões dissertativas e estudos de casos.....	1072
5. Súmulas e orientações jurisprudenciais do TST.....	1085
<b>CAPÍTULO X</b>	
<b>DIREITO COLETIVO DO TRABALHO.....</b>	<b>1089</b>
1. Introdução.....	1089

2. Princípios ESPECÍFICOS de direito coletivo do trabalho .....	1090
2.1. Liberdade sindical.....	1090
2.2. Princípio da autorregulamentação.....	1091
2.3. Limite da negociação coletiva ou princípio da adequação setorial negociada.....	1093
2.4. Princípio da boa-fé ou da lealdade e boa-fé ou da transparência.....	1096
3. Organização sindical brasileira.....	1097
3.1. Sindicatos.....	1097
3.1.1. Divisão dos sindicatos em categorias.....	1097
3.1.2. Fundação do sindicato e a Convenção Internacional nº 87 da OIT .....	1099
3.1.3. Livre filiação dos trabalhadores.....	1101
3.1.4. Organização do sindicato.....	1102
3.2. Custeio do sindicato .....	1104
3.2.1. Contribuição sindical .....	1104
3.2.1.1. Regulamentação anterior à Reforma Trabalhista: tributo .....	1105
3.2.1.2. Regulamentação da contribuição sindical após a Reforma Trabalhista: como ficou?.....	1106
3.2.1.3. Empregados sindicalizados – como fica? .....	1109
3.2.1.4. Procedimento ligado à contribuição sindical que permanece após a Reforma Trabalhista .....	1110
3.2.1.5. Decisão do STF sobre a constitucionalidade da atual regulamentação da contribuição sindical.....	1111
3.2.1.6. Aspectos processuais.....	1112
3.2.2. Contribuição confederativa.....	1113
3.2.3. Contribuição assistencial.....	1114
3.2.3.1. Do papel da Justiça do Trabalho diante de cobranças abusivas.....	1116
3.2.4. Mensalidade sindical.....	1117
3.3. Federação e confederação.....	1118
3.4. Centrais sindicais .....	1118
4. Negociação coletiva – convenção e acordo coletivo .....	1120
4.1. Prevalência do negociado sobre o legislado (Reforma Trabalhista) .....	1122
4.1.1. Tema 1.046 da Repercussão Geral: prevalência do negociado sobre o legislado.....	1125
4.2. Rol exemplificativo de valorização do negociado (Reforma Trabalhista) .....	1126
4.2.1. Jornada de Trabalho.....	1129
4.2.2. Banco de horas.....	1129
4.2.3. Intervalo Intrajornada .....	1130
4.2.4. Programa Seguro-Emprego .....	1132
4.2.5. Plano de cargos, salários e funções e identificação dos cargos de confiança .....	1133
4.2.6. Regulamento de empresa.....	1134
4.2.7. Representante dos trabalhadores no local de trabalho .....	1135
4.2.8. Teletrabalho, regime de sobreaviso e trabalho intermitente .....	1135
4.2.9. Remuneração por produtividade e por desempenho individual.....	1136
4.2.10. Registro de Jornada.....	1137
4.2.11. Troca de dia dos feriados.....	1138
4.2.12. Enquadramento do grau de insalubridade.....	1138
4.2.13. Prorrogação da jornada em ambientes insalubres.....	1140
4.2.14. Prêmios e incentivos .....	1141
4.2.15. Participação nos lucros ou resultados da empresa .....	1141
4.3. Poder Judiciário e controle dos instrumentos coletivos de trabalho (Reforma Trabalhista).....	1143

4.4. Litisconsórcio necessário dos sindicatos em ações que tenham como objeto a anulação de cláusulas de instrumento coletivo de trabalho.....	1144
4.5. Princípio da contrapartida e garantia provisória na hipótese de redução salarial (Reforma Trabalhista).....	1145
4.5.1. Anulação de cláusula compensatória em instrumento coletivo.....	1147
4.6. Limites ao negociado (Reforma Trabalhista).....	1148
4.6.1. Rol taxativo de limitação à negociação coletiva.....	1152
4.6.2. Normas de identificação do trabalhador e anotações na CTPS.....	1153
4.6.3. Seguro-desemprego.....	1153
4.6.4. Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).....	1154
4.6.5. Salário mínimo.....	1154
4.6.6. Valor nominal do 13º salário.....	1155
4.6.7. Remuneração do trabalho noturno superior à do diurno.....	1155
4.6.8. Proteção do salário.....	1156
4.6.9. Salário-família.....	1157
4.6.10. Repouso semanal remunerado.....	1157
4.6.11. Remuneração dos serviços extraordinário superior, no mínimo, em 50% à do normal.....	1158
4.6.12. Direito de férias e duração.....	1158
4.6.13. Licença-maternidade, com duração mínima de 120 dias.....	1159
4.6.14. Licença-paternidade.....	1159
4.6.15. Proteção do mercado de trabalho da mulher.....	1159
4.6.16. Aviso prévio proporcional ao tempo de serviço de, no mínimo, 30 dias.....	1161
4.6.17. Normas de saúde, higiene e segurança do trabalho previstas em lei ou em normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego.....	1161
4.6.18. Adicional de remuneração para as atividades penosas, insalubres ou perigosas.....	1162
4.6.19. Aposentadoria.....	1162
4.6.20. Seguro contra acidentes de trabalho.....	1162
4.6.21. Prescrição.....	1163
4.6.22. Proibição de qualquer discriminação no tocante a salário e critérios de admissão do trabalhador com deficiência.....	1164
4.6.23. Trabalho da criança e adolescente e Medidas de proteção legal às crianças e adolescentes.....	1164
4.6.24. Igualdade de direitos entre o trabalhador com vínculo empregatício permanente e o trabalhador avulso.....	1165
4.6.25. Liberdade de associação profissional ou sindical.....	1166
4.6.26. Direito de não sofrer desconto ou cobrança salarial previsto em convenção ou acordo trabalhista.....	1166
4.6.27. Direito de greve e serviços essenciais.....	1167
4.6.28. Tributos e outros créditos de terceiros.....	1168
4.6.29. Proteção do trabalho da mulher.....	1168
4.6.30. Regras sobre duração do trabalho e intervalos.....	1168
4.7. Negociação coletiva na pandemia (arts. 11 e 17 da Lei nº 14.020/2020).....	1170
4.8. Dispensa em massa (Reforma Trabalhista).....	1170
4.9. Requisitos formais da negociação coletiva.....	1173
4.10. Vigência dos instrumentos coletivos de trabalho (Reforma Trabalhista).....	1176
4.10.1. Antes da alteração da Súmula nº 277 do TST.....	1177
4.10.2. Após a alteração da Súmula nº 277 do TST.....	1179
4.10.3. Liminar do STF (APDF 323/DF).....	1181

4.10.4. Alteração promovida pela Reforma Trabalhista .....	1182
4.10.5. Decisão final do STF (APDF 323/DF) .....	1182
4.10.6. Sentença normativa.....	1183
5. Greve.....	1185
5.1. Introdução .....	1185
5.2. Interesses defendidos na greve.....	1188
5.3. Direitos e deveres dos grevistas.....	1189
5.4. Greve em serviços essenciais.....	1189
5.5. Requisitos para o exercício do direito de greve .....	1191
5.6. Greve no serviço público.....	1192
6. Representação dos empregados nas empresas (Reforma Trabalhista) .....	1197
6.1. Composição da comissão de representantes.....	1198
6.2. Atribuições da Comissão de Representantes de Empregados.....	1199
6.3. Eleição dos representantes dos empregados .....	1200
6.4. Mandato do membro da comissão de representantes do empregado .....	1203
6.4.1. Estabilidade do membro da comissão de representantes .....	1203
6.4.2. Guarda de documentos.....	1205
7. Direitos e interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos na esfera trabalhista .....	1205
8. Questões dissertativas e estudos de caso.....	1206
9. Súmulas e orientações jurisprudenciais do TST .....	1216
<b>QUESTÕES</b>	
<b>CAPÍTULOS VIII, IX E X.....</b>	<b>1219</b>
1. Questões com gabarito comentado .....	1219
2. Exercícios para memorização.....	1270
3. Gabaritos .....	1272
3.1. Exercícios para memorização .....	1272
<b>BIBLIOGRAFIA.....</b>	<b>1273</b>